

42º Encontro Anual da ANPOCS

SPG 16 Estratificação Social no Brasil: questões empíricas e metodológicas

CLASSE SOCIAL E CLASSE SOCIOECONÔMICA: Metodologias de estratificação individual e domiciliar para o Brasil em 2015

Luís Henrique Silva Ferreira

André Junqueira Caetano

José Gonçalves Dias

## INTRODUÇÃO

Poucos temas são tão centrais à Sociologia como classe, mesmo que sua ideia permaneça perpetuamente contestada. Não há um consenso geral entre sociólogos sobre como melhor definir conceitualmente classe, quanto ao que deve ser estudado dentro dela em um quadro teórico mais amplo e qual sua relevância para a análise sociológica da sociedade contemporânea. Para alguns estudiosos, as classes têm se dissolvido de forma ampla nas sociedades contemporâneas, motivados pela afirmativa de que as pessoas são menos propensas a formar identidades estáveis com base em sua classe social e, portanto, menos propensas a orientar o seu comportamento com base em sua classe. Outros, porém, acreditam que a estratificação em classes permanece como uma das principais formas de desigualdade social e de poder. Além disso, alguns autores analisam classes simplesmente como um fenômeno econômico, ao contrário de outros, que as observam como um conceito amplo, que incluem as dimensões culturais, bem como a condição econômica. (WRIGHT, 2005).

A estratificação social de grupos populacionais, com diferentes níveis de renda, riqueza, prestígio e poder caracterizam as sociedades humanas ao longo do tempo. (Caetano, Dias; 2017). Dessa forma, o debate sobre o tema das classes sociais é amplo, diversificado e ambíguo, uma vez que o conceito que determina essa categoria encontra diferentes sentidos, tanto teóricos quanto metodológicos. A gênese do conceito de classe está nos clássicos da sociologia, Karl Marx e Max Weber, perpassando por autores contemporâneos como Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, além de outros.

A partir das teorias e conceitos de classe construídos nos clássicos da Sociologia por Marx e Weber, uma das principais vertentes nos estudos sobre classes é a construção de mapas ou esquemas de classes. Os principais expoentes dessa corrente de estudos são os sociólogos Erik Olin Wright e John Goldthorpe. Wright, de origem norte-americana, baseia suas análises orientando-se em conceitos marxistas, direcionando seu conceito de classe em termos de processos de exploração e ligando-o a sistemas alternativos de relações econômicas. Goldthorpe, de origem britânica, compõem suas análises inspirando-se na teoria weberiana. Seu conceito de classe é construído em torno das oportunidades de vida econômica das pessoas, mais especificamente as características das relações de emprego disponíveis juntamente como os mercados de trabalho e organizações no trabalho.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é desenvolver metodologias de classificação social, tendo como unidade de análise indivíduos e domicílios. Ao considerar a família ou o domicílio como unidade de análise, leva-se em conta a questão do compartilhamento de recursos, chances de vida e interesses, sendo que seus membros possuem a mesma posição de classe, isto é, as divisões de classe se dão entre famílias e não tanto dentro das famílias. É dentro das famílias que se herda não só bens materiais mas também bens culturais, como o capital cultural herdado, que pode no futuro transformar-se em capital escolar e trazer consigo recompensas. Ao usar o indivíduo, regra geral, prende-se à consideração da importância do vínculo direto da pessoa no entendimento dos atributos associados à condição de classe. A família constitui a unidade maior de recompensas e de destino de classe das pessoas, sendo provavelmente também a unidade de definição da estratégia econômica de seus integrantes dentro da estrutura de classe. É no âmbito familiar que se incorporam as experiências de afluência e privação, de segurança e insegurança econômica, que afeta o destino das pessoas. (BOURDIEU, 2015; SANTOS, 2006).

### **CLASSE SOCIAL NOS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA**

O tema classe é central para a Sociologia, mesmo que seu conceito permaneça sob constante discussão. Segundo Wright (2005), não há um consenso geral entre os sociólogos sobre qual a melhor forma em definir conceitualmente classe, ou ainda, o que se deve ser estudado dentro de um quadro teórico amplo e qual sua relevância para a análise sociológica da sociedade contemporânea.

De acordo com Wright (2005), alguns estudiosos analisaram que as classes têm se dissolvido de forma ampla nas sociedades contemporâneas, motivados pela afirmação de que as pessoas são menos propensas a formar identidades estáveis com base em sua classe social e, portanto, menos propensas a orientar o seu comportamento com base em sua classe. Outros, porém, acreditam que a estratificação em classes permanece como uma das principais formas de desigualdade social e de poder social. Por fim, alguns autores analisam classes simplesmente como um fenômeno econômico, ao passo que outros as observam como um conceito amplo que incluem dimensões culturais bem como condição econômica. Para Wright (2005), o conceito de classe é tratado de forma ambígua, tanto no senso comum quanto nas discussões acadêmicas e a palavra classe tem sido utilizada de forma ampla em uma vasta gama de contextos descritivos e

exploratórios, tanto na sociologia, quanto no discurso comum. Giddens e Sutton (2016, p.143) definem classe como “posição econômica relativa de grandes grupos sociais, definida em relação à ocupação, posse de propriedades e riqueza ou escolhas de estilo de vida”.

De acordo com Bertonecelo (2009), o conceito de classe teve um lugar central na teoria social durante muito tempo. Em Karl Marx, conforme Scalon (1998), não encontra-se uma definição exata do que seja o conceito de classe, apesar desse estar presente em grande parte de sua obra. Com o advento da sociedade industrial e o desenvolvimento do capitalismo, Marx (2010) identificou duas classes distintas, opostas entre si: a burguesia e o proletariado. *Grosso modo*, a primeira consistia dos donos dos meios de produção, do maquinário, dos insumos para a produção, os denominados capitalistas ou burguesia. A segunda classe correspondia àqueles que não possuíam os meios de produção, e, para garantir a produção e a reprodução de sua vida material, vendiam o que dispunham, sua força física, isto é, sua força para o trabalho no mercado e em contrapartida recebiam salários. Esses eram denominados proletários.

Em Max Weber, segundo Ribeiro (2007), os escritos sobre classes são fragmentários e nada conclusivos. Para Weber (1982) classe corresponde a um determinado número de pessoas que tem em comum um componente causal específico em suas oportunidades de vida, sendo que esse componente é representado de forma especial pelos interesses econômicos da posse de bens e oportunidades de renda, isto é, classe refere-se a qualquer grupo de pessoas que estejam na mesma situação de classe.

Para Bourdieu (2013; 2015), classes sociais são grupos que compartilham condutas e atitudes semelhantes, principalmente elementos sociais, culturais, econômicos, gostos, estilo de vida e valores. Por meio de conceitos como *habitus*, *capital cultural*, *capital econômico* e *capital social*, o autor francês analisa a distinção de classes na França após a segunda metade do século XX. Segundo Bourdieu (2015), uma classe ou fração de classe não é definida somente por sua posição nas relações de produção, identificada por meio de variáveis como profissão, renda, nível de instrução, mas também pela proporção do número de homens e mulheres em uma determinada distribuição no espaço geográfico e por um conjunto de características que funcionam como marcadores reais de seleção ou exclusão, como filiação étnica, gênero, idade ou diploma.

Capitaneados pelas teorias e conceitos construídos nos clássicos da Sociologia por Karl Marx e Max Weber, uma das principais vertentes nos estudos sobre classes é a construção de mapas ou esquemas de classes. Os principais expoentes dessa corrente de estudos são os sociólogos Erik Olin Wright e John Goldthorpe. Wright, de origem norte-americana, baseia suas análises orientando-se em conceitos marxistas, direcionando seu conceito de classe em termos de processos de exploração e ligando-o a sistemas alternativos de relações econômicas. Goldthorpe, de origem britânica, compõem suas análises inspirando-se na teoria weberiana. Seu conceito de classe é construído em torno das oportunidades de vida econômica das pessoas, mais especificamente as características das relações de emprego disponíveis juntamente como os mercados de trabalho e organizações no trabalho.

## **OS MAPAS E ESQUEMAS DE CLASSE**

A partir das teorias e conceitos de classe elaboradas na literatura clássica da Sociologia, principalmente em Marx e Weber, pesquisadores tentaram, por meio de dados de pesquisas populacionais, construir modelos, mapas ou esquemas de classe que representassem a realidade. São os casos principalmente de Goldthorpe e Wright. Wright, de origem norte-americana, baseia suas análises orientando-se em conceitos marxistas, direcionando seu conceito de classe em termos de processos de exploração e ligando-o a sistemas alternativos de relações econômicas. Goldthorpe, de origem britânica, compõem suas análises inspirando-se na teoria weberiana.

John Goldthorpe e Erik Olin Wright desenvolveram esquemas conceituais e operacionais de classes sociais aplicáveis às pesquisas empíricas e também as análises multivariáveis mais consagrados e utilizados na sociologia contemporânea, dentro da temática da Sociologia da Estratificação. De acordo com Rose e Harrison (2007), estratificação social diz respeito às desigualdades sociais que podem ser atribuídas a forma como uma sociedade é organizada, isto é, a sua estrutura socioeconômica. Segundo Santos (1998, 2005, 2010), a construção de uma classificação socioeconômica representa um esforço para conceituar e mensurar a posição dos indivíduos dentro da estrutura social.

As classificações socioeconômicas, inspiradas na teoria weberiana, compartilham em comum, a ideia de que em economias de mercado é a posição de mercado e

especialmente, a posição na divisão ocupacional do trabalho o fator fundamental para a geração de desigualdades sociais. Segundo Rose e Harrison (2007), as chances de vida de indivíduos e famílias são amplamente determinadas por suas posições no mercado e a ocupação é tomada como o principal indicador. Dessa forma, a estrutura ocupacional é tida como a espinha dorsal do sistema de estratificação social.

John Goldthorpe considera que “as sociedades modernas, baseadas em instituições da propriedade privada e do mercado de trabalho, reproduzem divisões de classe derivadas da natureza das relações e das condições de emprego.” (SANTOS, 2005, v.20, p.31). De acordo com Bertonecelo (2009), Goldthorpe, em seus estudos sobre classe objetiva construir um esquema de posições de classe que captasse as principais divisões produzidas pelo funcionamento do mercado e do sistema produtivo, isto é, seu trabalho consistia em diferenciar posições dentro dos mercados de trabalho e das unidades de produção. Para Goldthorpe (1983), por classe social entende-se que são as distintas posições que os indivíduos ocupam na estrutura produtiva em termos de propriedade, qualificações e trabalho manual.

Segundo Santos (2005), a primeira diferenciação feita por Goldthorpe é entre as condições de empregador, empregado e conta-própria (ou autônomo). A classe dos grandes empregadores ou alta burguesia é agregada junto aos gerentes e profissionais de grau mais elevado, uma vez que os grandes empregadores constituem uma parcela muito pequena no conjunto total da população.

Entre os empregados são introduzidas distinções de classe, uma vez que as relações de emprego vêm se constituindo de forma heterogênea, resultando em distintas situações no mercado de trabalho. O esquema de classe de Goldthorpe diferencia as posições de classe dos empregados por meio da forma de regulação de emprego, isto é, o tipo de contrato de trabalho que o empregado possui. Sendo assim, os empregos podem ser regulados por um contrato de trabalho, por uma relação de serviço ou por uma relação mista, em que a natureza da relação de emprego envolve a troca de trabalho por recompensas. No caso dos empregos regulados por um contrato de trabalho, ocorre uma troca específica e de relativo curto prazo de dinheiro por trabalho, no qual os empregados ofertam quantidades mais ou menos descontínuas de trabalho, sob supervisão do empregador ou de um responsável do empregador, em troca de salários que são calculados com referência de unidade ou tempo. No que concerne aos empregos regidos

por uma relação de serviço, os empregados compartilham situações de trabalho em que há um grau essencial de autonomia e liberdade relacionadas às necessidades das empresas empregadoras em delegar autoridade. Nos cargos de gerência, considera-se como principal o conhecimento especializado e nas funções de profissionais, leva-se em conta a perícia. (SANTOS, 2005). Além disso, Vilela e Collares (2009) afirmam que são as ocupações que demandam treinamento e aptidões, aquelas que ocupam as posições de maior prestígio na sociedade. A terceira regulação do emprego considerada por Goldthorpe, a relação mista, envolve características tanto do contrato de trabalho quanto da relação de serviços.

Dessa forma, no esquema de posições de classe EGP, 11 classes são definidas. A classe I corresponde aos Profissionais, administradores e gerentes de nível alto, com regulação de emprego baseada na relação de serviços. A classe II, os Profissionais, administradores e gerentes de nível baixo, com a mesma regulação de emprego da classe anterior. A classe IIIa, constituída pelos Empregados não-manuais de rotina de nível alto, com regulação de emprego mista. A classe IIIb pelos Empregados não-manuais de rotina (nível baixo), geralmente mulheres regidas por um contrato de trabalho. As classes IVa formada pelos Pequenos empregadores, a IVb pelos Pequenos proprietários conta própria e IVc pelos pequenos empregadores rurais regidos por nenhuma regulação de emprego. A classe V, composta por Técnicos de nível baixo e supervisores de trabalho manual, regulados por uma relação mista. A classe VI estabelecida por Trabalhadores manuais qualificados, a classe VII integrada por Trabalhadores manuais não qualificados e a VIIb integrada por Trabalhadores rurais possuem regulação de emprego baseada em contrato de trabalho. (BERTONCELO, 2009).

Em trabalho recentemente publicado, Comin (2015) analisa a estrutura ocupacional brasileira com base no modelo EGP (Erikson, Goldthorpe e Portocarrero) entre os anos de 1960 e 2010. Percebe-se no período analisado que houve crescimento nas classes Profissionais (alto) e Profissionais (baixo), Não manuais de rotina (alto) e os Não manuais de rotina (baixo) e redução considerável entre as classes Agricultura de subsistência e trabalhadores rurais autônomos e os Assalariados rurais. Comin (2015) credita essa mudança a fatores históricos, como por exemplo, a migração de grande parte da população rural para a cidade, a industrialização e urbanização do país e mais recentemente, o aumento da escolaridade da população.

Apesar da importância e influência de seu trabalho, Goldthorpe encontra críticas referentes ao seu esquema. Segundo Bertoncello (2009), Stephen Edgell, John Scott e Lydia Morris criticaram o mapa de classes de Goldthorpe por não considerar as relações de propriedade e o processo de formação da classe superior, constituída pelos grandes proprietários capitalistas e por rentistas.

Cabe ressaltar que, conforme Santos (2010) e Scalon (1998), as abordagens neoweberianas e neomarxistas possuem algumas diferenças, porém convergem quando elas representam classes teoricamente no sentido de categorias ou discontinuidades em um mundo social cujas chances de vida afetam seus membros e também por representarem esquemas de classes relacionais, opostos às classificações hierárquicas.

Inspirados nos mapas e classificações de Goldthorpe, o esquema ESeC foi também desenvolvido. De acordo com Rose e Harrison (2007), em 1999, a *Eurostat*, agência de estatísticas oficiais da Comunidade Europeia organizou um grupo de pesquisadores para desenvolver uma nova ferramenta estatística para compreender diferenças nas estruturas sociais e nas desigualdades socioeconômicas por meio da União Europeia. Dessa forma, originou-se a *European Socio-economic Classification* (ESeC), uma classificação socioeconômica comum para todos os países membros da União Europeia. O objetivo da construção dessa classificação foi padronizar as classificações que cada país tinha para permitir a comparação das desigualdades entre os países membros.

Conceitualmente, segundo Rose e Harrison (2007), a ESeC é um esquema de classificação social baseado nas relações de emprego, cuja referência principal é o esquema de classes de Erikson, Goldthorpe e Portocarrero. A ESeC distingue quatro posições de trabalho básicas: empregadores, autônomos, empregados e aqueles involuntariamente excluídos do trabalho remunerado.

Dentro da categoria empregadores, é feita uma distinção entre os pequenos e grandes, de acordo com o número de pessoas que empregam. De 1 a 9 empregados, pequeno empregador e 10 ou mais grande. A categoria empregados é subdividida em um número de classes de acordo com o tipo de contrato que possuem e como o seu trabalho é regulado pelos empregadores. Dois tipos de contrato básicos são significantes, o contrato de trabalho e a relação de serviço. O contrato de trabalho envolve um relativo curto prazo



e um intercâmbio específico entre empregadores e empregados por dinheiro (salário). Essa é a situação que engloba toda a classe trabalhadora, embora a forma mais básica dessa categoria seja calcada no caso das ocupações não qualificadas, com modificações levemente mais favoráveis para as ocupações semiqualficadas e qualificadas. A relação de serviço é típica para posições como gerentes superiores, profissionais e cargos superiores administrativos, com modificações levemente menos favoráveis a grupos de gerentes e profissionais de níveis mais baixos. Esse tipo de contrato envolve um longo prazo e um intercâmbio mais difuso em que os empregados prestam serviço e como retorno esperam compensação imediata e futura. Outra forma encontrada são as regulações de emprego mistas ou intermediárias, que possuem características tanto da relação de serviço quanto do contrato de trabalho. Essas formas são típicas de ocupações de escritório, como secretárias, assistentes administrativos, trabalhadores técnicos e baixos supervisores. Os excluídos, que não se encontram especificados na classificação EGP, são aqueles que nunca trabalharam, mas gostariam e os desempregados de longa duração. No entanto, outras pessoas não empregadas, como por exemplo, as donas de casa, os aposentados, os desempregados de curta duração, os doentes e inválidos são classificados de acordo com sua última ocupação. Os estudantes de tempo integral podem ser classificados dessa forma, porém Rose e Harrison (2007) não pensam que essa forma é muito usada.

## **METODOLOGIA DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL INDIVIDUAL – DADOS E MÉTODO**

De acordo com Santos (2010), a construção de uma classificação socioeconômica representa um esforço para conceituar e mensurar a posição dos indivíduos dentro da estrutura social. No que tange às classes sociais, Santos (2005) afirma que a abordagem sociológica que a conceitua e a mensura tem muito a favorecer o entendimento da configuração, da evolução e consequências das divisões socioeconômicas e suas relações com as demais formas de desigualdade duráveis que atinge a sociedade brasileira, tão fortemente desigual. Há uma orientação nos estudos sobre classes, estratificação e mobilidade social que utiliza a classificação ocupacional dos indivíduos como *proxy* de classe, isto é, a ocupação dos indivíduos como uma aproximação da sua posição de

classe, como observado na classificação EGP (Erikson, Goldthorpe e Portocarrero, 1979) e em Erik Olin Wright (1982).

Assim, para atingir os objetivos propostos neste trabalho, de construção de modelos estatísticos de classificação social e socioeconômica, com variáveis domiciliares e individuais, escolheu-se como fonte dos dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2015. Sua escolha se deu, uma vez que ela é uma amostra representativa da população brasileira, sua realização se dá anualmente, exceto em anos de CENSO, o que permite que o produto desta tese poderá ser atualizado anualmente, além de pesquisar variáveis importantes para o constructo proposto, como ocupação, formalidade/informalidade no mercado de trabalho e a posse de bens e as condições domiciliares brasileiras.

As variáveis escolhidas para compor o modelo de estratificação social individual e de classificação socioeconômica domiciliar são, na dimensão do trabalho, a ocupação e a condição da ocupação. A escolha dessas duas variáveis se dá com base na centralidade do trabalho nas sociedades em que a maior parte dos indivíduos obtêm meios de vida por meio da venda de sua força de trabalho. Assim, a estrutura ocupacional ainda é o principal componente causal de oportunidades de vida das classes que vivem de seu trabalho. (Cardoso e Prêteceille, 2017). A variável ocupação representa a atividade profissional exercida pelo indivíduo na semana ou no ano de referência. A variável condição da ocupação representa qual era a situação de trabalho do indivíduo na semana ou ano de referência, se ele era empregado com carteira assinada, se era empregado sem a carteira de trabalho assinada, conta própria, empregador. A combinação dessas duas variáveis faz-se necessária, dada a realidade do mercado de trabalho brasileiro, cuja taxa de informalidade era de 39,93% em 2014, segundo dados da PNAD (IPEA, 2015).

Como parâmetro de classificação ocupacional, optou-se pela classificação ESeC (*European Socioeconomic Classification*). A classificação ESeC foi construída para comparar classes em países europeus, baseada nas características do mercado de trabalho daquele continente. Na Europa, a maior parte dos trabalhos são regidos por algum tipo de contrato, com altas taxas de formalidade, com trabalhadores protegidos pela lei. No Brasil, por sua vez, tem-se a especificidade de um mercado de trabalho altamente informal. Dessa forma, este trabalho propõem uma adaptação da estrutura das classes

*ESeC* para o caso brasileiro, baseado na divisão do trabalho, que se dá nas perspectivas dos tipos de contrato de trabalho, principalmente na composição formal/informal do mercado de trabalho brasileiro (assalariados formais x assalariados informais). Portanto, a utilização neste estudo da condição da ocupação, tem por objetivo diferenciar aqueles com ou sem a proteção da legislação trabalhista. (CAETANO, DIAS; 2017).

A classificação europeia de grupos ocupacionais, descrita em Rose e Harrison (2007) possui dez classes e considera quatro posições de trabalho básicas: empregadores, autônomos, empregados e aqueles involuntariamente excluídos do trabalho remunerado. Neste estudo, que adaptou a classificação europeia para o caso brasileiro, por meio da PNAD e levando-se em consideração a disponibilidade de dados dessa pesquisa e suas limitações, no que se refere as posições de trabalho, para os indivíduos ocupados, são elas:

- I. Empregado com carteira de trabalho assinada (assalariado formal);
- II. Servidor público;
- III. Empregado sem a carteira de trabalho assinada (assalariado informal);
- IV. Autônomos (conta própria com previdência);
- V. Autônomos (conta própria sem previdência);
- VI. Grandes empregadores (com onze ou mais empregados);
- VII. Pequenos empregadores (de zero a dez empregados);
- VIII. Grandes empregadores agrícolas (com onze ou mais empregados em atividades agrícolas);
- IX. Pequenos empregadores agrícolas (de zero a dez funcionários empregados em atividades agrícolas);
- X. Não remunerados, trabalhadores para o próprio consumo e construção para o próprio uso;

Para a criação das variáveis de posições de trabalho, denominada como Posição na Ocupação, foram considerados primeiramente os indivíduos ocupados na semana de referência (Posição na ocupação na semana) e posteriormente àqueles ocupados no ano de referência, totalizando duas variáveis. A lógica para a construção dessas duas variáveis foi a mesma, tanto para a semana quanto para o ano de referência.

Para a criação da variável Posição na ocupação na semana de referência, foram recodificadas as variáveis da PNAD (V4706 - Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade), (V9048 - Número de empregados, no mês de referência, no empreendimento do trabalho principal da semana de referência), (V9008 - Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoa ocupada em empreendimento do grupamento agrícola), (V9019 - Número de empregados permanentes, no mês de referência, no trabalho principal da semana de referência) e (V4711 - Contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade). Por exemplo, para o grupo I, Empregados com carteira de trabalho assinada (assalariados formais), foram considerados indivíduos: Empregados com carteira de trabalho assinada mais Trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada. Outro exemplo: para o grupo III, Empregados sem a carteira de trabalho assinada (assalariados informais), foram considerados os indivíduos que: tivessem Outro empregado sem carteira de trabalho assinada mais Trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada.

Para a criação da variável Posição na ocupação no ano de referência, dado a limitação da base de dados da PNAD, foram considerados sete grupos, ao contrário dos dez grupos, para a semana de referência. O grupo I, composto pelos assalariados formais; II – Servidores Públicos; III – Assalariados Informais; IV – Empregadores Gerais; V – Conta Própria com Previdência; VI – Conta Própria sem Previdência; VII – Não remunerados, trabalhadores para o próprio consumo e construção para o próprio uso. A PNAD não possui dados sobre a quantidade de empregados para os empregadores no ano de referência e também não distingue se é um empregador de atividade agrícola ou não agrícola, por isso, uma classificação mais resumida. Para a criação dessa variável foram recodificadas as variáveis da PNAD: (V4715 - Posição na ocupação no trabalho principal do período de referência de 365 dias para pessoas de 10 anos ou mais de idade); (V9085 - Era contribuinte de instituto de previdência por esse trabalho anterior no período de captação de 358 dias).

Criadas as variáveis de Posição na Ocupação para semana e ano de referência, e determinadas as dez posições de trabalho para semana e as sete para o ano, para a elaboração da classificação ocupacional usada neste trabalho, foram criadas duas variáveis, derivadas dos grupamentos ocupacionais que encontram-se dispostos no

Anexo I da Metodologia da PNAD, que foram denominadas como ESECSEM e ESECANO. Para a variável ESECSEM, foram classificados todos os indivíduos que possuíam código de ocupação na semana de referência. Para a variável ESECANO, foram classificados todos os indivíduos que possuíam código de ocupação no ano de referência.

Os grupamentos ocupacionais listados na PNAD são compostos por quatro dígitos e são classificados conforme a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar (CBO-Domiciliar). A CBO-Domiciliar é uma adaptação da Classificação Brasileira de Ocupações, a CBO. A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é uma publicação brasileira que classifica as diversas atividades laborais do país e que retrata a realidade das profissões e do mercado de trabalho brasileiro. A CBO-Domiciliar é uma versão da Classificação Brasileira de Ocupações condensada, construída e adotada pelas pesquisas domiciliares, como o CENSO e a PNAD.

Por exemplo, cozinheiro, que possui código 5132 e está no grupo Trabalhadores dos Serviços, que tem prefixo 51 para todos as outras ocupações. Listados todos os grupamentos, verificou-se no site da CBO as ocupações que fazem parte de cada um deles, fazendo a diferenciação daquelas que realizam trabalhos manuais e não-manuais, rotina e não-rotina, o que implica a distinção de status, poder e hierarquia social. Por fim, cada classe ocupacional ou grupo ocupacional recebeu uma referência de 1 a 7, baseada na *European Socio-economic Classification*.

O grupo 1 é composto pelos assalariados superiores, como altos dirigentes, diretores, grandes empregadores, gerentes, engenheiros, profissionais liberais clássicos, professores, todos com nível superior de formação. O grupo 2 formado pelos assalariados inferiores, como os técnicos em geral. O grupo 3 é constituído por supervisores em geral e ocupações de colarinho branco, como alguns tipos de gerência, supervisão, escriturários, secretariado, caixas. O grupo 4 é integrado por trabalhadores de baixos serviços, vendas e de escritório, como telefonistas, atendentes de telemarketing, cozinheiros, vendedores em domicílio, vigias, almoxarifes. O grupo 5 é organizado por ocupações baixas de supervisão e técnicas, como supervisores da construção civil, trabalhadores de instalações elétricas, soldadores, montadores de máquinas, sapateiros entre outros. O grupo 6 estruturado por ocupações de rotina, semi ou não qualificados,

como trabalhadores domésticos, catadores de sucata, profissionais do sexo, vendedores ambulantes, ajudantes de obras civis, magarefes entre outros. O grupo 7, composto pelos trabalhadores de atividades rurais como produtores agrícolas, pescadores, trabalhadores agropecuários em geral entre outros. A síntese das classes ou grupos ocupacionais completa e suas respectivas ocupações encontram-se no Apêndice A deste trabalho.

As outras duas variáveis que compõem esse primeiro modelo de estratificação social individual, juntamente com a Ocupação e a Posição na Ocupação, nas dimensões de gênero e ciclo de vida, são Sexo e Idade. Essas duas variáveis foram escolhidas para dimensionar diferenciais no mercado de trabalho por sexo e idade, com mulheres sendo maioria no grupo de desocupados, responsáveis pelos cuidados domésticos e também os jovens (16 a 24 anos), maioria na informalidade e na desocupação. (IBGE, 2014).

Dessa forma, o primeiro modelo de classificação social proposto nesta tese, consiste em estratificar os indivíduos em classes sociais, utilizando as variáveis ESECSEM e ESECANO (Classe Ocupacional), Posição na Ocupação (Posições de trabalho- se o trabalhador é formal, com carteira de trabalho assinada ou informal, sem a carteira de trabalho assinada, conta própria, empregador, servidor público), Sexo e Idade. Também neste primeiro modelo pretende-se incluir a variável Educação, com o objetivo de comparar se este quesito, influencia na composição de classes e frações de classe a partir desta metodologia escolhida.

Segundo Caetano e Dias (2017), o conceito de classe, assim como outros nas Ciências Sociais, não podem ser diretamente observados. Mesmo não observados, isto é, variáveis latentes, podem se manifestar por meio de indicadores observáveis e mensuráveis. Dessa forma, o método escolhido para a elaboração deste primeiro modelo de classificação individual, com e sem a variável Educação é a Análise de Classes Latentes (*Latent Class Analysis - LCA*).

A análise de classes latentes (LCA) presume que a inter-relação entre variáveis categóricas é explicada por uma variável categórica latente oculta, a classe latente. A análise de classes latentes é um método estatístico que tem por objetivo encontrar subtipos de casos relacionados (classes latentes) de variáveis categóricas ou contínuas. A LCA pode ser vista como uma técnica de análise fatorial de variáveis categóricas em que

as variáveis latentes ou fatores são discretos. (CAETANO; DIAS, 2017; UEBERSAX, 2009; UNIVERSITY OF CALIFORNIA LOS ANGELES, 2016).

Por variáveis categóricas entende-se que são aquelas qualitativas, que não possuem valores quantitativos, que são definidas por categorias. Elas podem ser ordinais, implicando uma ordenação entre as categorias como, por exemplo, escolaridade (primeiro grau, segundo grau, terceiro grau) ou nominais, que não implicam ordenação entre as categorias como, por exemplo, sexo. As variáveis contínuas são as de ordem quantitativa, que possuem características mensuráveis que assumem valores em uma escala contínua como, por exemplo, idade. As variáveis latentes são aquelas que não podem ser medidas nem observadas diretamente, sendo que sua influência ou uso são dadas por meio de hipóteses levantadas pelo pesquisador ou do uso de outras variáveis (categóricas e/ou contínuas). (CAETANO; DIAS, 2017; UEBERSAX, 2009; UNIVERSITY OF CALIFORNIA LOS ANGELES, 2016).

A análise de classes latentes permite descrever o perfil de cada classe encontrada, a partir do conjunto de variáveis selecionadas. Por classe latente entende-se que são classes definidas pelo critério de independência condicional, isto é, dentro de cada classe latente, cada variável é estatisticamente independente de todas as outras variáveis. Uma das principais aplicações da LCA é a identificação de *clusters* ou subpopulações em uma dada população. Outro exemplo de sua aplicabilidade é, em um estudo sobre doenças, dentro de uma classe latente que corresponde a uma síndrome específica, a presença ou ausência de cada sintoma é observada de forma desvinculada com a presença ou ausência de todos os outros sintomas. (CAETANO; DIAS, 2017; UEBERSAX, 2009; UNIVERSITY OF CALIFORNIA LOS ANGELES, 2016).

A análise de classes latentes supõe um modelo paramétrico simples e utilizada dados observáveis para estimar valores de parâmetro para o modelo. Após o modelo de classe latente ser estimado, os casos podem ser classificados por meio de probabilidades de recrutamento. Um recrutamento de probabilidades é a probabilidade de que um membro escolhido aleatoriamente em uma dada classe latente, um determinado padrão de respostas será observado. No nosso caso específico, esse padrão de classes ou frações de classe será dado pela probabilidade de cada variável estimada no modelo. (UEBERSAX, 2009; UNIVERSITY OF CALIFORNIA LOS ANGELES, 2016).

A análise de classes latentes pode ser usada em estudos de sociologia, economia, educação, medicina, entre outros. O método pode ser usado, por exemplo, em estudos médicos, para descobrir categorias de diagnóstico distintas dado pela presença ou ausência de diversos sintomas ou então para categorizar diferentes tipos de usuários de droga baseado em seu comportamento. A análise de classes latentes pode ser usada também em estudos de atitude política, para identificar grupos por tipo de respostas em *surveys*. É utilizado também em pesquisas de marketing para identificar preferências de consumo baseado em dados demográficos. (UEBERSAX, 2009; UNIVERSITY OF CALIFORNIA LOS ANGELES, 2016).

Além disso, para validação de consistência estatística do modelo de classificação proposto, serão utilizadas variáveis exógenas a ele, não pertencentes ao seu processo de construção, sendo as variáveis escolhidas: realização de afazeres domésticos e quantidade de horas dedicadas a esse tipo de serviço e cor/raça.

## **MODELO DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOMICILIAR**

Este segundo modelo tem como premissa básica a ideia de que indivíduos que pertencem à mesma família ou residem sob o mesmo domicílio tendem a compartilhar as mesmas chances de vida, recursos, interesses e padrão de vida e, logo, tendem a pertencer à mesma classe social, conforme visto em Santos (2006) e Sørensen (1996). Goldthorpe (1983) afirma que é a família e não o indivíduo que forma a unidade básica da estratificação social. Segundo Bourdieu (2015), é dentro das famílias que se herda não só bens materiais mas também bens culturais, como o capital cultural herdado, que pode no futuro transformar-se em capital escolar e trazer consigo recompensas. Ao usar o indivíduo, regra geral se prende à consideração da importância do vínculo direto da pessoa no entendimento dos atributos associados à condição de classe. A família constitui a unidade maior de recompensas e de destino de classe das pessoas, sendo provavelmente também a unidade de definição da estratégia econômica de seus integrantes dentro da estrutura de classe. É no âmbito familiar que se incorporam as experiências de afluência e privação, de segurança e insegurança econômica, que afeta o destino das pessoas. Nas classificações individuais, indivíduos residindo no mesmo domicílio ou fazendo parte da



mesma família podem obter classificações diferentes, seja pela ocupação, condição da ocupação, sexo ou ciclo de vida.

Para além da discussão clássica, entramos em uma outra seara ou, segundo Spilerman (2000), uma alternativa teórica menos desenvolvida na Sociologia da Estratificação, baseada no potencial de consumo, essencialmente na capacidade das famílias de manterem um padrão particular de vida. Para isso, de acordo com Spilerman (2000), é adequado considerar questões como padrões de vida, segurança econômica, pobreza, que refletem o suporte de recursos totais de uma família, não somente sua renda de suas atividades no mercado de trabalho.

Dessa forma, além das variáveis individuais (ocupação, condição da ocupação, sexo, idade e educação), optou-se por incorporar a este segundo modelo, variáveis de afluência domiciliar ou riqueza domiciliar, conhecidas na literatura internacional por *Wealth Index*. Nesse estágio metodológico, o objetivo consiste em selecionar variáveis domiciliares que melhor conjuguem fatores que possam classificar as famílias brasileiras em uma classificação nacional de classes socioeconômicas, a partir de bens permanentes compartilhados por todos os membros do domicílio, uma vez que residem conjuntamente (*household wealth*).

De acordo com Balen e outros (2010), levar em consideração a riqueza domiciliar é recente nos estudos sobre posição socioeconômica, sobretudo a partir de meados dos anos 1990 com o modelo proposto por Shea Oscar Rutstein. No passado, esses estudos levavam em consideração apenas os níveis de educação dos indivíduos, às vezes combinado com a ocupação. Em uma pesquisa comparativa realizada na China, em uma zona rural e em uma região periurbana, Balen e outros (2010) levam em consideração como parâmetros de riqueza domiciliar, a posse de bens duráveis como fogão a gás, forno de micro-ondas, televisão preto e branco, televisão a cores, videocassete, antena parabólica, linha telefônica, telefone celular, bicicleta, motocicleta, ventilador, ar condicionado, geladeira, máquina de lavar, trator simples, trator mais avançado, caminhão, barco e carro. Em relação as características do domicílio, Balen e outros (2010) consideram a fragilidade das paredes, da cobertura e do chão, bem como os materiais de que são compostos e também variáveis de saneamento básico como origem da água consumida, destino de esgoto sanitário e superlotação da casa.

Em estudo semelhante ao de Balen e outros (2010), Booyesen e colegas (2008) criam um índice de bens para avaliar comparativamente tendências de pobreza em sete países localizados na África Subsaariana. Nesse *index*, leva-se em consideração a posse de rádio, televisão, geladeira e bicicleta. Em relação as variáveis de saneamento básico, a posse ou não de banheiro no domicílio, destino do esgotamento sanitário, origem da água e tipo de material do chão da casa.

Segundo Rutstein (2004), a riqueza domiciliar é uma medida de status econômico e de riqueza mais perene do que renda e/ou consumo. Essa “riqueza domiciliar” indica uma condição de renda permanente para identificar classes, diferentemente do uso apenas da renda do trabalho, que é um indicador volátil e inferem condições de classe distintas às famílias que possuem ou não essa “riqueza domiciliar” e que, portanto, tendem a indicar posições de classes diferenciadas. De acordo com Howe, Hargreaves e Huttly (2008), as pesquisas que determinam posição socioeconômica privilegiam a renda como medida de bem-estar, porém, somente esses fatores não conseguem capturar todos os diversificados aspectos de bem-estar. Em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, a renda tende a vir de uma variedade de fontes e está susceptível a variações de mercado, como crises econômicas. Por isso, medidas de renda permanente ou de longo prazo contribuem melhor para nossa discussão do que renda ou consumo. Dessa forma, as variáveis escolhidas para indicar riqueza permanente ou riqueza domiciliar, baseadas na literatura acima referida e que condizem com a realidade deste trabalho estão indicadas no quadro abaixo:

**Quadro 1 – Variáveis de Afluência Domiciliar**

<b>Código da variável</b>	<b>Nome</b>	<b>Descrição</b>	<b>Recodificação em Categorias</b>
V0204	Material predominante na cobertura (telhado) do domicílio	Telha, Laje de concreto, Madeira aparelhada, Zinco, Madeira aproveitada, Palha, Outro material.	Telha; Laje de concreto; Outros;
V0207	Condição de ocupação do domicílio	Próprio – já pago, Próprio – ainda pagando, Alugado, Cedido por empregador, Cedido	Próprio – pago; Próprio – pagando; Alugado; Cedido/Outros;

		de outra forma, Outra condição.	
V0211; V0212; V0213	Tem água canalizada em pelo menos um cômodo do domicílio	Sim, Não, Rede Geral de Distribuição, Poço ou Nascente, Outra Proveniência	Não tem; Rede Geral; Poço/Nascente/Outra Proveniência;
V2016	Quantos banheiros tem	01 a 15 banheiros e não aplicável.	0; 1; 2; 3 ou mais;
V0217	Forma de escoadouro do banheiro ou sanitário	Rede coletora de esgoto ou pluvial, Fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial, Fossa séptica não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial, Fossa rudimentar, Vala, Direto para o rio, lago ou mar, Outra forma.	Rede coletora de esgoto ou pluvial incluindo fossa séptica ligada à rede coletora ou pluvial; Fossa séptica não ligada à rede coletora ou pluvial; Fossa rudimentar; Outro; Nenhum;
V0218	Destino do lixo domiciliar	Coletado diretamente, Coletado indiretamente, Queimado ou enterrado na propriedade, Jogado em terreno baldio ou logradouro, Jogado em rio, lago ou mar, Outro destino.	Coletado diretamente; Coletado indiretamente; Outro;
V0220	Tem telefone móvel celular	Sim, Não.	Sim; Não;
V0228	Tem geladeira	Sim (2 portas), Sim (1 porta), Não.	Sim (2 portas), Sim (1 porta), Não.
V0230	Tem máquina de lavar roupa	Sim, Não.	Sim; Não;
V0231	Tem Microcomputador	Sim, Não.	Sim, Não;
V02322; V02424;	Tem acesso à Internet no próprio domicílio	Sim, Não. Banda larga, 3G ou 4G e	Não; Sim, Banda larga; Sim, 3G ou

V02425; V02426;	e Tipo de acesso à Internet	conexão discada por linha telefônica	4G; Sim, conexão discada por linha telefônica
V02322; V02323; V02324; V02325; V02326; V02327;	Tipo de equipamento utilizado para acessar à Internet no próprio domicílio	Sim, Não. Microcomputador, Celular, tablet, TV, outro equipamento eletrônico	Microcomputador; Telefone celular; Outros;
V02270	Tem televisão de tela fina	01 a 10 televisões de tela fina e não aplicável.	0; 1; 2; 3 ou mais;
V02272	Tem televisão por assinatura	Sim, Não.	Sim, Não.
V2032	Tem carro ou motocicleta de uso pessoal	Carro, Motocicleta, Carro e Motocicleta, Não.	Nenhum; Motocicleta; Carro;

**Fonte: Elaborado pelo autor com base no Dicionário de variáveis de domicílios da Pesquisa Básica, PNAD 2015.**

Além das variáveis que indicam riqueza permanente, escolheu-se também a condição do domicílio e a região geográfica para compor o modelo final de classificação das famílias brasileiras em classes socioeconômicas. A condição do domicílio, isto é, se é rural ou urbano infere condições que podem afetar na classe das famílias, uma vez que residindo na zona rural, o acesso a bens e serviços básicos como condições de saneamento básico, educação, entre outros é menor que em zonas urbanas. Os tipos de condição de domicílio listados pela PNAD são (Cidade ou vila, urbanizada ou não; área urbana isolada) ou rural (aglomerado rural de extensão urbana; isolado, povoado; isolado, núcleo; isolado, outros aglomerados ou zona rural exclusive aglomerado rural). Já a região geográfica é um indicador necessário, a partir dos diferenciais que existem entre as mesmas no território brasileiro, sejam essas desigualdades medidas pelas oportunidades de trabalho, educação, acesso à bens e serviços, entre outros. Assim, pretende-se observar as classes e frações de classe nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O método escolhido para a elaboração deste modelo de classificação socioeconômica foi a Análise de Classes Latentes (LCA), assim como no primeiro.

## REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. (Org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. Cap. 13, p. 367-394.

BALEN, Julie et al. Comparison of two approaches for measuring household wealth via an asset-based index in rural and peri-urban settings of Hunan province, China. **Emerging themes in epidemiology**, v. 7, n. 1, p. 1, 2010.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda. **Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro**. IPEA, 2014.

BERTONCELO, Edson Ricardo Emiliano. As classes na teoria sociológica contemporânea. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 67, p. 25-49, 2009.

BOOYSEN, Frikkie et al. Using an Asset Index to Assess Trends in Poverty in Seven Sub-Saharan African Countries. **World Development**, v. 36, n. 6, p. 1113-1130, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2015.

BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe. In: BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sérgio (Org.). **A economia das trocas simbólicas**. 7. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. Cap. 1, p. 3-25.

BOURDIEU, Pierre. Reprodução cultural e reprodução social. In: BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sérgio (Org.). **A economia das trocas simbólicas**. 7. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. Cap. 7, p. 295-336.

BUKODI, Erzsebet; DEX, Shirley; GOLDTHORPE, John H. The conceptualisation and measurement of occupational hierarchies: a review, a proposal and some illustrative analyses. **Quality & Quantity**, v. 45, n. 3, p. 623-639, 2010.

CAETANO, André Junqueira; DIAS, José G. Socioeconomic Classification of the Working-Age Brazilian Population: A Joint Latent Class Analysis Using Social Class and Asset-Based Perspectives. **Social Indicators Research**, p. 1-28, 2017.

CAETANO, André Junqueira; DIAS, José G. Classificação socioeconômica comparativa utilizando Critério Brasil, *Wealth Index* e análise de classes latentes: uma aplicação com dados do PNDS 2006. IN: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2012.

CARDOSO, Adalberto; PRÉTECEILLE, Edmond. Classes Médias no Brasil: Do que se Trata? Qual seu Tamanho? O que Vem Mudando? **Dados**, v. 60, n. 4, p. 977-1023, 2017.

CHAN, Tak Wing; GOLDTHORPE, John H. Class and status: The conceptual distinction and its empirical relevance. **American Sociological Review**, v. 72, n. 4, p. 512-532, 2007.

CROMPTON, Rosemary. Class and family. **The Sociological Review**, v. 54, n. 4, p. 658-677, 2006.

CROMPTON, Rosemary. Class theory and gender. **British Journal of Sociology**, p. 565-587, 1989.

ERIKSON, Robert. Social class of men, women and families. **Sociology**, v.18, n. 4, p. 500-514, 1984.

ERIKSON, Robert; GOLDTHORPE, John H. Individual or family? Results from two approaches to class assignment. **Acta Sociologica**, v. 35, n. 2, p. 95-105, 1992.

ERIKSON, Robert; GOLDTHORPE, John H.; PORTOCARERO, Lucienne. Intergenerational class mobility in three Western European societies: England, France and Sweden. **British journal of Sociology**, p. 415-441, 1979.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. Conceitos essenciais da Sociologia. Tradução: Claudia Freire. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

GOLDTHORPE, John H. Women and class analysis: A reply to the replies. **Sociology**, v. 18, n. 4, p. 491-499, 1984.

GOLDTHORPE, John H. Women and class analysis: in defence of the conventional view. **Sociology**, v. 17, n. 4, p. 465-488, 1983.

GOLDTHORPE, John H. "Cultural Capital": A Response to the Comments. **Sociologica**, v. 1, n. 2, p. 1-7, 2007.

GRUSKY, David B. Social Stratification. In: **International encyclopedia of the social & behavioral sciences**. Amsterdam: Elsevier, 2001.

HASENBALG, Carlos A.; VALLE SILVA, Nelson do. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 73, p. 5-12, 2013.

HEATH, Anthony; BRITTEN, Nicky. Women's jobs do make a difference: a reply to Goldthorpe. **Sociology**, v. 18, n. 4, p. 475-490, 1984.

HOWE, Laura D.; HARGREAVES, James R.; HUTTLY, Sharon RA. Issues in the construction of wealth indices for the measurement of socio-economic position in low-income countries. **Emerging themes in epidemiology**, v. 5, n. 1, p. 1, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 33, p. 1-133, 2013.

Disponível em:

[<ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/microdados/2015/>](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/microdados/2015/). Acesso em: 18 mai. 2017.

KAMAKURA, Wagner A.; MAZZON, Jose A. Socioeconomic status and consumption in an emerging economy. **International Journal of Research in Marketing**, v. 30, n. 1, p. 4-18, 2013.

LEIULFSRUD, Hakon; WOODWARD, Alison. Women at class crossroads: repudiating conventional theories of family class. **Sociology**, v. 21, n. 3, p. 393-412, 1987.

WAN DER MAAS, Lucas. **Desigualdades no mundo profissional: trajetórias de médicos e enfermeiros no Brasil entre os anos de 1991 e 2010**. (Tese de Doutorado) Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação Ciências Sociais, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução de Marcus Mazzari. São Paulo: Hedra, 2010.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; CASTRO, Fábio Ávila de. O topo da distribuição de renda no Brasil: Primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012). **Dados**, v.58, n.1, 2015, p.7-36.

NERI, Marcelo. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: CPS, 2008.

NORONHA, E. G. “Informal”, Ilegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, out. 2003.

OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de; QUINTANEIRO, Tânia. Karl Marx. In: QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. (Orgs.) **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. revista e atualizada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. Cap. 1, p. 27-64.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Guidelines concerning a statistical definition of informal employment**. 2003. Disponível em:

<[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms\\_087622.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_087622.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2016.

PEVALIN, David; ROSE, David. The National Statistics Socio-economic Classification: unifying official and sociological approaches to the conceptualisation and measurement of social class in the United Kingdom. **Sociétés contemporaines**, p. 75-106, 2002.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Editora Intrínseca, 2014.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?: o trabalho na base de pirâmide social brasileira**. Boitempo Editorial, 2012.

POULANTZAS, Nicos. As classes sociais. **Estudos Cebrap**, v. 3, n. 3, 1971, p.6-39.

QUADROS, Waldir. A evolução da estrutura social brasileira: notas metodológicas. **Campinas: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas**, 2008.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **Dados**, v. 49, n.4, 2006.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Mobilidade e Estrutura de Classes no Brasil Contemporâneo. **Sociologias**, v. 16, n. 37, p. 178-217, 2014.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Edusc, 2007.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; SCALON, Maria Celi. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. **Dados**, v.44, n.1, 2001.

ROSE, David; HARRISON, Eric. The European socio-economic classification: a new social class schema for comparative European research. **European Societies**, v. 9, n. 3, p. 459-490, 2007.

RUTSTEIN, Shea Oscar et al. **The DHS wealth index**. ORC Macro, MEASURE DHS, 2004.

SALATA, André. **Quem é a classe média no Brasil? Um estudo sobre identidades de classe.** (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia, 2014.

SALATA, André; SCALON, Maria Celi. Do Meio à Classe Média: como a “nova classe média” e a “classe média tradicional” percebem sua posição social?. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, n. 3, p. 375-386, 2015.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda.** Editora UFMG, 2002.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. A teoria e a tipologia de classe neomarxista de Erik Olin Wright. **Dados**, v. 41, n. 2, p. 377-410, 1998.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Classe, gênero e família: a questão da unidade de análise. **Teoria e Cultura: Revista do Mestrado de Ciências Sociais da UFJF**, v. 1, n. 1, p. 97-115, 2006.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Classe, gênero e família: a questão da unidade de análise. **Teoria e Cultura: Revista do Mestrado de Ciências Sociais da UFJF**, v. 1, n. 1, p. 97-115, 2006.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Comprehending the class structure specificity in Brazil. **South African Review of Sociology**, v. 41, n. 3, p. 24-44, 2010.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.

SAVAGE, Mike. The fall and rise of class analysis in British sociology, 1950-2016. **Tempo Social**, v. 28, n. 2, p. 57-72, 2016.

SCALON, Maria Celi. Mapeando estratos: critérios para escolha de uma classificação. **Dados**, v. 41, n. 2, p. 337-375, 1998.

SCALON, Maria Celi. *Social Stratification and Its Transformation in Brazil.* 2013.

SCALON, Maria Celi; SALATA, André. Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. **Revista Sociedade e Estado**, v.27, n.2, 2012, p. 387-407.

SOARES, Cristiane. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. **Revista Gênero**, v. 9, n. 1, 2012.

SØRENSEN, Annemette. Women, family and class. **Annual Review of Sociology**, p. 27-47, 1994.

SOUZA, Jessé. “Uma nova classe trabalhadora brasileira?” In: SOUZA, Jessé (org.) Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2º edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 19-57.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite.** São Paulo: LeYa, 2015.



SOUZA, Jessé. Em defesa da sociologia: O economicismo e a invisibilidade das classes sociais. **Revista Brasileira de Sociologia-RBS**, v. 1, n. 01, 2013, p. 129-158.

SOUZA, Jessé. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé; GRILLO, André. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. São Paulo: LeYa, 2017.

SOUZA, Pedro Ferreira de; RIBEIRO, Carlos Antônio Costa; CARVALHAES, Flávio. Desigualdade de oportunidades no Brasil: Considerações sobre classe, educação e raça. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 79, 2010.

SPILERMAN, Seymour. Wealth and stratification processes. **Annual Review of Sociology**, v. 26, n. 1, p. 497-524, 2000.

STANWORTH, Michelle. Women and class analysis: a reply to John Goldthorpe. **Sociology**, v. 18, n. 2, p. 159-170, 1984.

UEBERSAX, John. LCA Frequently Asked Questions (FAQ). 2009. Disponível em: <<http://www.john-uebersax.com/stat/faq.htm#whatisc>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

UNIVERSITY OF CALIFORNIA LOS ANGELES. Institute for Digital Research and Education. Statistical Computing Seminars: Latent Class Analysis in Mplus. Disponível em: <<http://www.ats.ucla.edu/stat/mplus/seminars/lca/>>. Acesso em 14 fev. 2016.

WEBER, Max. Classe, Estamento, Partido. In: *Ensaio de Sociologia*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 1982, p. 211-228.

WRIGHT, Erik Olin et al. The American class structure. **American Sociological Review**, p. 709-726, 1982.

WRIGHT, Erik Olin. Class. In: BECKERT, Jens; ZAFIROVSKI, Milan (Orgs.). **International encyclopedia of economic sociology**. Routledge, p. 62-68, 2013.

WRIGHT, Erik Olin. **Approaches to class analysis**. Cambridge University Press, 2005.

